

## Alternância na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da UFRB: percepções estudantis sobre atividades remotas na pandemia

 Janaine Zdebski da Silva<sup>1</sup>,  José Gabriel Beiginho dos Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Centro de Formação de Professores (CFP). Avenida Nestor de Melo Pita, 535 – Centro. Amargosa – BA. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

**RESUMO.** Apresenta e analisa dados levantados na pesquisa em rede denominada “Educação e Escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19”. Toma como recorte analítico os 113 questionários online respondidos entre junho e julho de 2020 pelos(as) estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O objetivo é discutir possibilidades/impossibilidades na construção do regime de alternância como organização curricular da Educação Superior dos povos trabalhadores do campo, das águas e das florestas no período pandêmico, dando voz aos(as) estudantes. Como resultados temos o perfil detalhado dos(as) respondentes do questionário e suas indicações sobre o ensino da Universidade naquele período, problematizando (im)possibilidades do currículo em alternância na Educação Superior em Educação do Campo durante a pandemia da Covid-19.

**Palavras-chave:** educação do campo, alternância, Covid-19, acesso à internet, organização curricular.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18522	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



## **Alternation in the Degree in Rural Education - Agrarian Sciences at UFRB: student perceptions about remote activities in the pandemic**

**ABSTRACT.** Presents and analyzes data collected in the network research called "Education and Rural Schools in times of Covid-19 pandemic." It takes as analytical cut the 113 online questionnaires answered, between June and July 2020, by the students of the Bachelor of Rural Education course - Agrarian Sciences of the Federal University of the Recôncavo of Bahia. The objective is to discuss possibilities/impossibilities in the construction of the alternation regime as curricular organization of the Higher Education of the working peoples of the Rural Area, of the waters and of the forests in the pandemic period, giving voice to the students. As results we have the detailed profile of the respondents of the questionnaire and their indications about the teaching of the University in that period, problematizing possibilities and impossibilities of the curriculum alternating in Higher Education of the Rural area during the pandemic of the Covid-19.

**Keywords:** rural education, alternation, Covid-19, internet access, curricular organization.

## **Alternancia en el Grado en Educación en Contextos Rurales – Ciencias Agrarias de la UFRB: percepciones de los estudiantes sobre las actividades remotas en la pandemia**

**RESUMEN.** Presenta y analiza los datos recogidos en la investigación de la red denominada "Educación y Escuelas Rurales en tiempos de la pandemia de Covid-19". Toma como punto analítico los 113 cuestionarios respondidos en línea, entre junio y julio de 2020, por los estudiantes del Grado en Educación en el Contexto Rural – Ciencias Agrarias de la Universidad Federal del Recôncavo da Bahia (UFRB). El objetivo es discutir posibilidades/imposibilidades en la construcción del régimen de alternancia como organización curricular de Educación Universitaria de los pueblos trabajadores del campo, aguas y bosques en el período de pandemia, dando voz a los y las estudiantes. Como resultados tenemos el perfil detallado de los encuestados en línea mediante cuestionario y sus indicaciones sobre la docencia de la Universidad en ese periodo, problematizando las (im)posibilidades del currículo en alternancia en la Educación Universitaria en la Educación en Contextos Rurales durante la pandemia del Covid-19.

**Palabras clave:** educación rural, alternancia, Covid-19, acceso a internet, organización curricular.

## Introdução

O trabalho apresenta resultados obtidos na pesquisa interinstitucional denominada “Educação e Escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19” desenvolvida a partir da coordenação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em formato de rede com outras Instituições de Educação Superior (IES) por meio da articulação de cinco<sup>1</sup> Grupos de Pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A referida pesquisa desenvolvida em rede possui como objetivo geral “analisar as condições objetivas da educação e das escolas nas comunidades do campo, das águas e das florestas e suas consequências em tempos de pandemia da COVID-19” (Janata, 2020, p. 14).

A produção de dados em nível nacional se deu por meio da aplicação de um questionário *online* com estudantes e egressos dos cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, Pedagogia Indígena, Pedagogia para Educadores do Campo e Pedagogia da Terra; e ainda com a realização de entrevistas semiestruturadas remotas com sujeitos atuantes em diferentes escolas do campo no ano de 2020.

O foco deste trabalho é o estudo dos dados referentes às 113 respostas ao questionário *online* geradas a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias (LEdoC-CA), ofertado pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP-UFRB) no município de Amargosa-BA. Nesse quadro, a perspectiva posta foi a de traçar um panorama dos contextos, sujeitos, dificuldades e potencialidades presentes nos territórios e nas ações no período inicial da pandemia, o que implicava a construção curricular do curso de graduação mencionado, que tem por foco a Educação do Campo e sua estrutura curricular sustentada no regime de alternância.

Importa indicar que o curso de LEdoC-CA busca formar sujeitos oriundos do campo, das águas e das florestas para docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na área de Ciências Agrárias com o foco na agroecologia, visando contribuir para sanar a histórica ausência e/ou rotatividade de professores(as) nas escolas do campo (UFRB, 2019a).

Como dito, o curso é organizado por meio da alternância, ou seja, a metodologia das aulas e do processo de ensino-aprendizagem, bem como sua organização curricular, considera dois tempos/espacos formativos diferentes, que guardam especificidades, se articulam e dão

base para o processo formativo proposto, composto por Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

Destaca-se que o regime de alternância é uma demanda dos povos do campo, das águas e das florestas que visa possibilitar o acesso aos diferentes níveis de ensino, pois o deslocamento diário para a cidade acaba, na maioria das vezes, inviabilizando o acesso e permanência de tais sujeitos em processos de escolarização sistemáticos, em especial na Educação Superior.

Dessa forma, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB (PDI 2019-2030), a organização curricular em alternância na Educação Superior tem possibilitado, não sem desafios, a troca de saberes e conhecimentos entre o espaço da Universidade e das comunidades de origem dos(as) estudantes, pois, possibilita estabelecer “uma relação entre a comunidade onde está inserido o discente e a Universidade, proporcionando experiências formativas diversas que venham a contribuir com sua formação social articulada ao trabalho do campo” (UFRB, 2019b, p. 20).

É no contexto desse curso de graduação que este trabalho se circunscreve, buscando uma relação entre o perfil dos(as) participantes e sua condição de acesso à *internet* no período inicial da pandemia da Covid-19, trazendo suas indicações acerca da organização curricular em alternância e o fazer da Universidade no período pandêmico.

### **Perfil dos sujeitos participantes da pesquisa**

O questionário *online* foi respondido entre os meses de junho e julho de 2020 por 113 discentes matriculados(as) na LEdoC-CA, contendo 40 questões e um espaço em aberto para comentários adicionais. Este instrumento de coleta de dados foi organizado em 10 seções que estiveram voltadas para a apresentação da pesquisa e o termo de consentimento, bem como questões abertas e fechadas sobre: dados pessoais; identificação; residência; acesso à *internet*; impactos da pandemia; trabalho; renda e sobre a educação e atividades escolares/universitárias no período pandêmico de 2020 (Janata, 2020). Os dados do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFRB, no período de envio do questionário, indicavam um quantitativo de 237 estudantes com matrícula ativa na LEdoC-CA (UFRB, 2020a). Isso nos permite sinalizar que quase metade dos discentes matriculados naquele período conseguiu responder ao questionário *online*.

O primeiro elemento a ser destacado é que se constatou uma variedade bastante grande de municípios de origem dos(as) discentes que se deslocam até o município de Amargosa para acessarem a Educação Superior. No mapa do Estado da Bahia a seguir pode-se verificar em destaque amarelo o município de Amargosa-BA, onde o curso é ofertado, e em destaque vermelho os demais municípios de origem dos(as) 113 estudantes que responderam ao questionário. Estes(as) discentes são oriundos de 61 municípios baianos além de Amargosa, e se deslocam de suas comunidades de origem para poder acessar a Educação Superior.

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia – Municípios de origem dos(as) estudantes da LEdoC – CA.



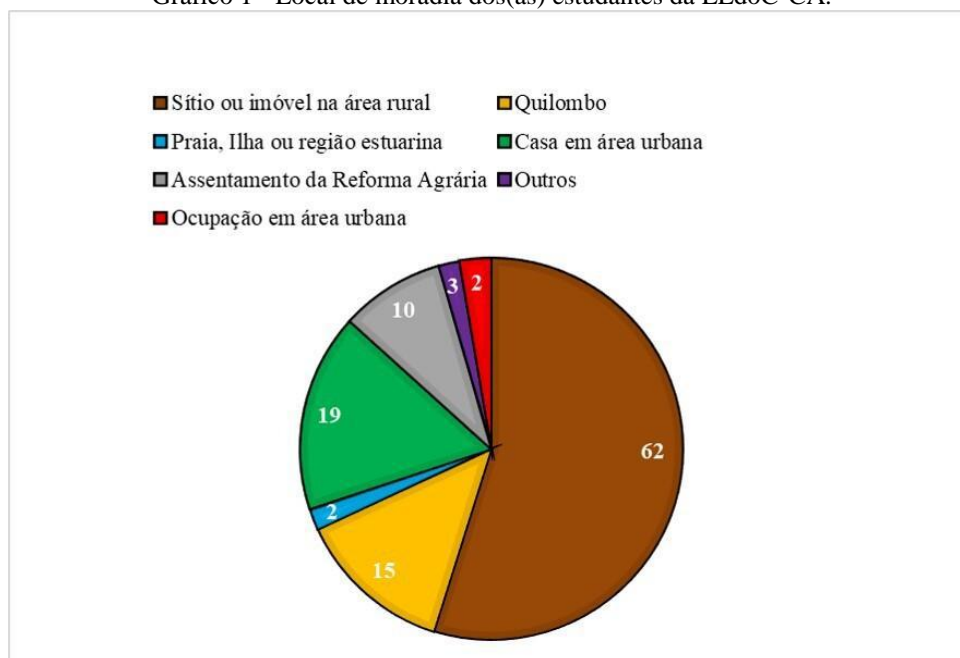
Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Além dos(as) que residem em Amargosa, na amostra de 113 respondentes, temos sujeitos dos municípios de Barreiras, Bonito, Brejões, Cairu, Camamu, Campo Formoso, Cansanção, Carinhanha, Castro Alves, Conceição da Feira, Condeúba, Correntina, Cruz das Almas, Gandu, Igrapiúna, Ipirá, Irajuba, Iramaia, Iraquara, Irará, Itaberaba, Itaetê, Itamaraju, Itiúba, Ituberá, Iuiú, Jacobina, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Juazeiro, Laje, Licínio de Almeida, Manoel Vitorino, Maracás, Maragogipe, Milagres, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mutuípe, Nordestina, Nova Itarana, Oliveira dos Brejinhos, Porções, Quijingue, Ruy Barbosa, Salinas de Margarida, Salvador, Santa Inês, Santaluz, Mantenópolis, Santo Amaro, Santo

Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Teolândia, Ubaíra, Urandi, Valença, Valente e Wagner.

Salientamos que os municípios citados pelos(as) estudantes não contam com população numerosa ou estão inseridos em regiões metropolitanas, pelo contrário, a maioria dos municípios listados guardam a característica de serem essencialmente municípios do interior baiano. Além disso, os(as) estudantes, em significativa maioria, também não residem nas sedes urbanizadas, mas nos espaços rurais. Em resposta ao questionário, a maioria dos(as) participantes sinalizou o local de residência/habitação em espaços rurais. Os quantitativos indicados nas fatias do Gráfico 1, a seguir, se referem à quantidade de discentes que assinalaram cada alternativa, como se vê:

Gráfico 1 - Local de moradia dos(as) estudantes da LEdoC-CA.



Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Se somadas as quantidades de moradores(as) em sítios/imóveis em área rural, quilombos, assentamentos da reforma agrária e praia/ilha ou região estuarina, que podem ser considerados espaços rurais, e por vezes, mais distantes da sede dos municípios, temos um total de 89 discentes, ou seja, cerca de 78% que afirmaram residir nestes territórios. A opção assinalada de moradia em área urbana contou apenas com 19 estudantes, outros 3 estudantes indicaram outras áreas de residência, sendo: um morador de quilombo urbano, outro(a)

discente indicou que mora com a avó, e um(a) terceiro(a) acrescentou que mora em um território de transição da área rural para área urbana.

Dado o contexto de vida no espaço rural ser a realidade de quase 80% dos(as) estudantes que responderam ao questionário, no que diz respeito à ocupação/trabalho, da mesma forma, verificou-se a presença marcante de trabalhadores(as) em espaços rurais. Em relação à pergunta do questionário referente ao trabalho que realizam, havia a opção de assinalar mais de uma opção, o que configurou o seguinte panorama:

Quadro 1 - Trabalho/ocupação dos(as) participantes da pesquisa.

<b>Trabalho/ocupação</b>	<b>Total de Estudantes</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>Total de Homens</b>
Agricultor(a)	68	54	15
Estudante bolsista	21	17	4
Trabalho em casa e/ou cuidado dos filhos e/ou outros dependentes	18	17	1
Autônomo(a)	12	7	5
Pescador(a) artesanal	10	5	5
Criador(a) de animais/vaqueiro(a)	6	3	3
Artesão(ã)	2	2	0
Professor(a) ou profissional da educação em escola do campo	5	4	1
Funcionário(a) público	4	3	1
Professor(a) ou profissional da educação em escola urbana	3	2	1
Extrativista	1	1	0
Tenho um negócio próprio, como padaria, mercado, loja, etc	1	1	0
Aposentado(a)	1	1	0

Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

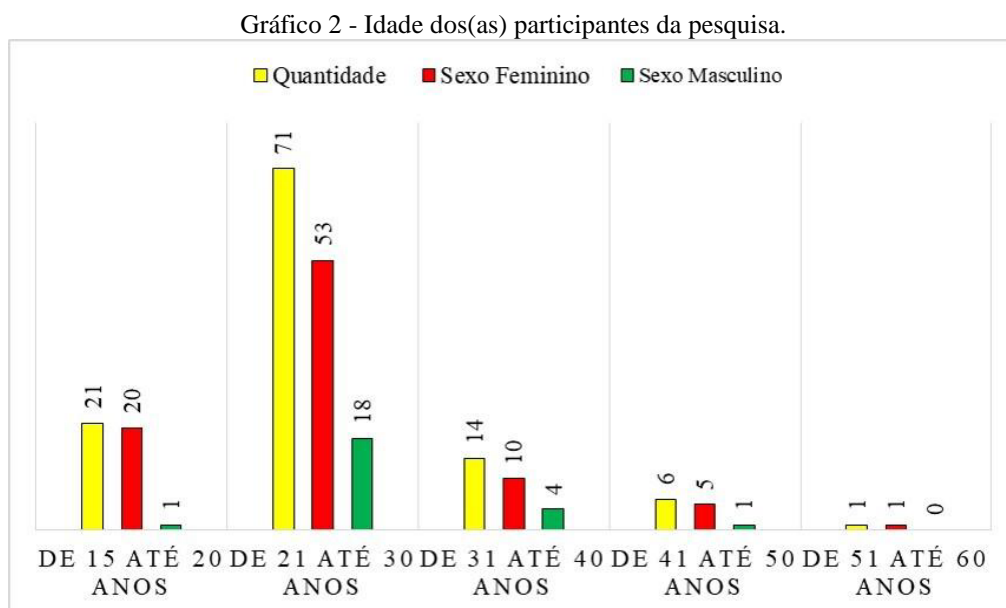
Um quantitativo de 9 estudantes também assinalou a opção “Outros” e indicou outros tipos de ocupações rurais e urbanas. Fica perceptível no Quadro 1 a predominância de agricultoras mulheres e um quantitativo bastante significativo de pescadores(as) artesanais, sendo as ocupações não diretamente relacionadas ao trabalho na terra e nas águas a minoria verificada. Como era esperado, todos pertencentes à classe trabalhadora.

Sobre o gênero dos(as) participantes, os dados nos indicam que a imensa maioria dos(as) respondentes se identifica com o gênero feminino. Os dados sistematizados totalizam 89 mulheres e 24 homens, sendo que o percentual sobre a variante gênero é bastante destoante entre os(as) respondentes, com a sobrepujança do público feminino que totaliza 79% dos(as) respondentes.



Traçando a faixa etária dos(as) 113 estudantes que responderam ao questionário, verifica-se que 21 se encaixam na idade de 15 a 20 anos; 71 estudantes têm idade entre 21 e 30 anos; 14 estudantes assinalaram idade de 31 até 40 anos; 06 indicam a idade entre 41 e 50 e um estudante possui idade entre 51 e 60 anos. Tais dados evidenciam que os(as) respondentes da pesquisa se constituem como um público em sua maioria jovem.

O Gráfico 2, a seguir, possibilita a visualização de como se dá essa distribuição dos(as) 113 participantes da pesquisa no que concerne à quantidade de discentes em cada faixa etária, correlacionando com o gênero autodeclarado.

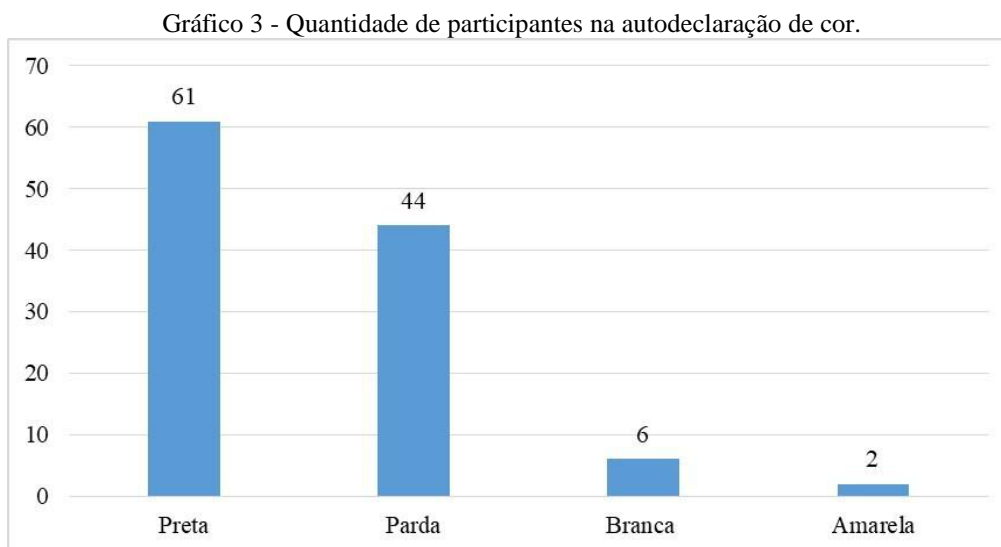


Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Podemos notar que o público feminino entre os(as) discentes respondentes é maioria em qualquer faixa etária de idade, nos levando também a perceber que, no caso da LEdoC-CA, as mulheres estão ingressando em maior quantidade e a faixa etária mostra que estão acessando a Educação Superior nas faixas etárias mais jovens.

Sabe-se que os cursos de licenciatura são majoritariamente cursos frequentados pelo gênero feminino, mas como o perfil de acesso deste curso é de populações rurais, este dado se coloca como mais relevante ainda, visto que, historicamente, “o capitalismo, o patriarcado e o racismo se sustentam mutuamente” (Nobre, 2012, p. 329) e têm incidência direta no campo brasileiro, onde é reservado à mulher camponesa, muitas vezes, o cuidado com a casa e filhos, e a saída para os centros urbanos é mais visualizada entre o público masculino.

Ainda sobre o perfil dos(as) estudantes participantes, havia a possibilidade de assinalar no questionário da pesquisa como estes sujeitos se autodeclararam quanto a sua cor. As possibilidades eram preta, parda, indígena, branca e amarela. Nenhum participante assinalou a opção indígena. Quanto às demais possibilidades, temos o seguinte panorama:



Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Em termos percentuais, esses dados nos mostram que 93% do público respondente do questionário se autodeclara da cor preta ou parda, e apenas 7% se autodeclararam da cor branca ou amarela. Esta é a realidade da UFRB, conhecida como a Universidade mais preta do Brasil, devido ao seu potencial de inclusão social de pessoas que historicamente tiveram o direito à educação escolar e à Educação Superior negado. Sobre o perfil dos(as) discentes de graduação da UFRB, dados da página eletrônica da instituição, publicados em 2022 em comemoração aos seus 17 anos, indicam que 81,8% dos(as) estudantes de graduação se autodeclararam da raça/cor negra (UFRB, 2022, p. 01).

Cabe destacar a importância desses dados, que nos indicam a presença maior de mulheres, pretas e pardas que vivem nos espaços rurais acessando a Educação Superior na sua interface com a Educação do Campo, o que compreendemos como um processo de reparação histórica e de resistência, não sem limites e desafios.

Importa também analisar a renda familiar, como mostrado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Renda mensal familiar dos(as) participantes.

Rendimento mensal da família	Número de estudantes
R\$ 1,00 a RS 500,00	38
R\$ 501,00 a RS 1.000,00	38
R\$ 1.001,00 a RS 2.000,00	20
R\$ 2.001,00 a RS 3.000,00	9
R\$ 3.001,00 a RS 5.000,00	1
Não tenho rendimento	7
<b>Total</b>	<b>113</b>

Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Note-se que a pergunta realizada via questionário *online* versava sobre a soma da renda familiar mensal, não a renda por pessoa da família. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), “São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até meio salário mínimo ... ou renda familiar total de até três salários mínimos” (SEDES, 2022, p. 01). Esta definição de família de baixa renda, que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no Brasil para acessar programas sociais, nos possibilita indicar que a grande maioria dos(as) estudantes participantes da pesquisa se caracterizam como pertencentes a famílias de baixa renda em sua forma mais acentuada.

O valor do salário mínimo em junho de 2020 era de 1.045 reais. Neste caso, naquele período, a renda familiar inferior a 3.135 reais caracterizava uma família como de baixa renda. Ao comparar estes indicativos com os números apresentados na Tabela 1, vemos que quase 100% dos(as) estudantes se enquadram na categoria baixa renda ou se declaram sem rendimento. Fica perceptível que 105 estudantes se enquadram no perfil de famílias de baixa renda, 7 indicam não ter rendimento e apenas 1 estudante apresenta uma renda um pouco acima do corte de baixa renda. Ou seja, apenas um(a) estudante, do total de 113, não se enquadra na condição de baixa renda ou sem rendimento. Ao analisarmos os dados da renda familiar, foi alarmante constatar o número de membros das famílias que vivem com esse padrão de baixa renda, conforme definição da SEDES (2022).

Ao considerar a quantidade de pessoas que residem na mesma casa que o(a) discente, temos a seguinte constatação:

Tabela 2 – Quantitativo de pessoas residentes na mesma casa.

Quantidade de moradores(as) na mesma casa	Nº de respondentes
2 pessoas	7
3 pessoas	18
4 pessoas	26
5 pessoas	26
6 pessoas	18
7 pessoas	9
8 pessoas	5
9 pessoas	3
10 ou mais pessoas	1

Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Salienta-se que 88 estudantes moram em casas que abrigam 4 pessoas, ou seja, 77% do total de participantes. Se considerarmos os dados de 2018 do Governo Federal que indicavam que “o tamanho médio das famílias brasileiras diminuiu de 3,62 pessoas em 2008 para 3,07 em 2018” (Brasil, 2021, p. 2), fica perceptível que, no caso da maior parte dos(as) estudantes da LEdoC-CA, a quantidade de pessoas que residem na mesma casa supera a média nacional, pois a média, no caso específico dos(as) respondentes da pesquisa, é de 4,86 pessoas por núcleo familiar. Isso importa muito quando se trata da sobrevivência destas pessoas que moram juntas em um mesmo espaço, e que configuram núcleos familiares de baixa renda impactados pela situação de pandemia da Covid-19.

Esse perfil de discentes de baixa renda, com famílias mais numerosas que a média nacional, se soma ao levantamento já indicado de que este público participante da pesquisa é um público majoritariamente constituído por estudantes pretos(as) e pardos(as) com um percentual maior do gênero feminino, jovem e residente nas zonas rurais de municípios do interior baiano.

Aos objetivos que nos colocamos neste trabalho, importa destacar o que indica a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicada em agosto de 2020, ou seja, logo após o período de aplicação dos questionários *online* junto aos 113 respondentes. Ao abordar o perfil dos(as) estudantes do ensino regular matriculados em instituições de ensino públicas que não têm acesso à *internet* de qualidade, a referida Nota Técnica afirma que: “a falta de acesso é mais marcante no meio rural do que no meio urbano, mais no interior

do que nas capitais, mais entre pessoas negras do que entre as brancas e muito mais entre estudantes de baixa renda” (IPEA, 2020, p. 9).

Os dados levantados no contexto dos(as) 113 estudantes matriculados(as) na LEdoC-CA da UFRB, que caracterizam o perfil dos(as) participantes, indicam que este é o público que participou da pesquisa. Nesse quadro, coloca-se a potencialidade de analisar como se dava o acesso à *internet*, e mais que isso, dar visibilidade às suas vozes no que se refere a como poderia ter se dado o ensino na Universidade no período inicial da pandemia. Junto a isso, tornou-se possível verificar se de fato este perfil de estudantes também possuía menor acesso à *internet* em suas casas, e quais as implicações elencadas para se pensarem estratégias curriculares para o ensino não presencial na pandemia da Covid-19, nos cursos de graduação em regime de alternância, como é o caso da LEdoC-CA da UFRB.

### **As formas e condições de acesso à *internet* dos(as) participantes da pesquisa**

Devido à crise sanitária que se instalou com a pandemia da Covid-19 em todo o mundo, em março de 2020 a UFRB suspendeu seu calendário acadêmico e atividades administrativas, dando início ao período de distanciamento social, tido como principal mecanismo de dirimir a possibilidade de infecção de sua comunidade acadêmica. Essa ação no contexto da UFRB foi registrada por meio da Portaria nº 322/2020 (UFRB, 2020b). Desta forma, no período em que responderam os questionários, os(as) estudantes da LEdoC-CA não estavam frequentando presencialmente a Universidade e ainda não havia encaminhamento para a realização de aulas remotas emergenciais.

Cabe salientar que

A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD). Isso porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita (Saviani & Galvão, 2021, p. 39).

No caso da UFRB, o ensino remoto emergencial se iniciou em setembro de 2020, com um calendário acadêmico suplementar, no formato não obrigatório e optativo, com oferta de um quantitativo menor de componentes curriculares para cada estudante. Porém, salienta-se que esta não era a realidade concretizada no momento de aplicação do questionário.

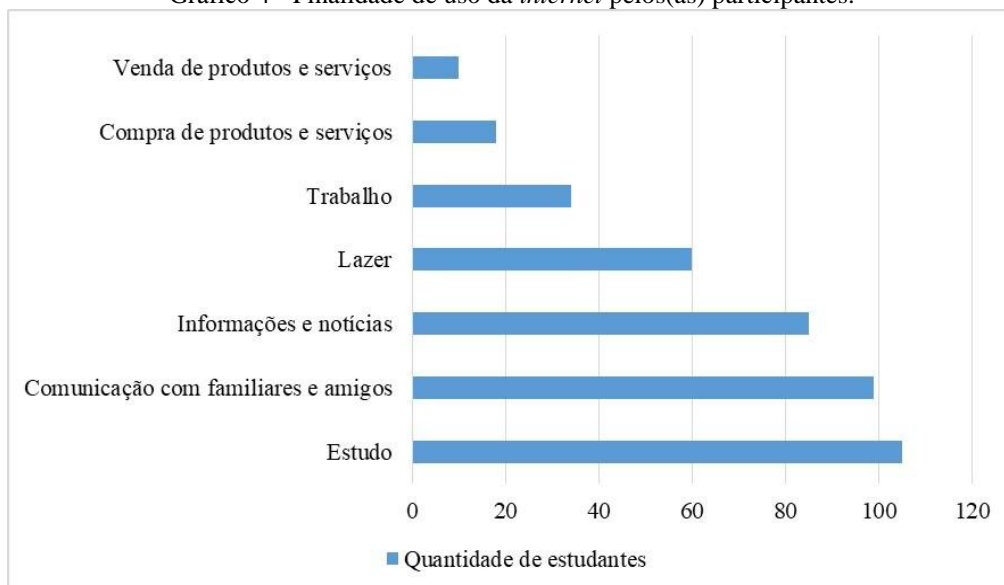
Ao recorrermos à página eletrônica da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, fica evidente que o período em que foi respondido o questionário *online* pelos(as) estudantes da LEdoC-CA – junho e julho de 2020 – foi o momento em que mais tivemos Decretos Estaduais da Casa Civil voltados à prevenção do coronavírus, à diminuição do contágio e à redução dos óbitos. Nos meses de junho e julho de 2020, foram publicados, respectivamente, 29 e 40 decretos com foco na prevenção ao coronavírus pela Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, sendo que entre março e maio do mesmo ano esse número não ultrapassou 29 decretos e no segundo semestre do mesmo ano, houve uma visível redução de decretos publicados, com 24 decretos em agosto e apenas três em dezembro.

Assim, verifica-se que nos meses de junho e julho de 2020 foram publicados 75 decretos em nível estadual na Bahia que versavam, dentre outras questões, sobre a suspensão da circulação, da saída e chegada de ônibus interestaduais e transporte coletivo intermunicipal em todo o território da Bahia, bem como determinavam a restrição de locomoção noturna em centenas de municípios baianos. Salientamos que este quadro de ação preventiva delineado em todo o Estado sem dúvida impulsionou o isolamento social dos(as) estudantes participantes da pesquisa. Compreendemos que o fato de estes(as) discentes estarem em isolamento pode ter sido favorecido pelos locais de moradia dos(as) mesmos(as), como já destacado.

Nesse quadro de instauração do isolamento social como mecanismo prioritário para diminuição das altas taxas de contágio e óbitos causados pelo coronavírus, no âmbito educacional, os estudos sobre a viabilidade de adoção de atividades remotas emergenciais colocaram-se como única alternativa. Nesta perspectiva, para dar conta do objetivo deste trabalho, iremos trazer elementos relacionados ao uso e acesso à *internet* dos(as) participantes da pesquisa, bem como suas opiniões sobre como deveria se dar o ensino na Universidade no período em que responderam ao questionário *online*, considerando a possibilidade concreta de adoção de medidas emergenciais no uso e realização de atividades remotas.

Em relação às finalidades de uso da *internet*, o questionário *online* dava várias opções para assinalar, cada participante podia assinalar mais de uma opção nesta resposta. Ao tabular os dados, verificamos que a compra e venda de produtos e serviços pela *internet* não era algo tão comum entre os(as) participantes da pesquisa, já sua utilização para fins de trabalho agregava 34 pessoas. A utilização da *internet* para lazer despontou como ação já realizada por 60 respondentes. Porém, outras foram as finalidades que ganharam destaque:

Gráfico 4 - Finalidade de uso da *internet* pelos(as) participantes.



Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

O acesso à *internet* para fins de obter informações e notícias obteve 85 marcações no questionário. Esta opção ganhou frente juntamente com a comunicação com familiares e amigos, que obteve o correspondente a 99 marcações.

Surpreendeu-nos que um quantitativo expressivo dos sujeitos respondentes indicou a utilização da *internet* para a finalidade de estudo. Dos(as) 133 participantes, 105 indicaram que a utilizam para fins de estudo. Isso significa que cerca de 92% dos(as) estudantes da LEdoC-CA, no período inicial da pandemia, já utilizavam este meio para estudar, seja para leitura, trabalho de conclusão de curso, acesso aos sistemas da Universidade, dentre outros.

Com o significativo número de estudantes da LEdoC-CA que utilizava a *internet* para fins de estudo (105 discentes), verificou-se a potencialidade do cruzamento desse dado com as respostas sobre qual equipamento eletrônico cada discente possuía/utilizava para acessar a *internet*. A partir dessa conexão foi verificado um panorama preocupante. Destes 105 estudantes que sinalizaram utilizar a *internet* para fins de estudo, 47 indicaram que utilizavam apenas o celular como equipamento para esse acesso. Compreendemos que este dado é alarmante para se pensarem possibilidades de ensino remoto, pois o celular é um equipamento muito limitado para as funcionalidades necessárias para o estudo.

Outro ponto importante foi verificar, por meio da análise das respostas ao questionário *online*, como se dava esse acesso à *internet* dos(as) 113 estudantes, no qual temos o seguinte panorama:

Quadro 2 – Formas de acesso à *internet*.

Forma de acesso	Quantidade de respostas
Banda larga	58
Dados móveis do celular de forma LIMITADA	27
Banda larga e dados móveis do celular de forma LIMITADA	3
Dados móveis do Celular de forma ILIMITADA	7
Dados móveis do Celular de forma ILIMITADA e por banda larga	3
Via rádio transmissor	1
Não tenho <i>internet</i>	7
Não tenho <i>internet</i> e acesso <i>internet</i> banda larga do vizinho (a)	3
Não respondeu	4

Fonte: Os(a) autores(a) (2023).

Indo na mesma direção que os dados estatísticos da Nota Técnica do IPEA anteriormente referenciada, as condições de acesso à *internet* do perfil de estudante que respondeu ao questionário são bastante precárias. Além das pessoas que indicam não terem acesso à *internet* ou que não a possuem em sua própria casa, o quantitativo das que acessam a *internet* somente por meio de dados móveis via celular de forma limitada é bem numeroso. Uma discente, ao se referir a sua forma de acesso à *internet* por meio de dados móveis via celular indicou:

Meu pai tem *internet* no celular dele, como não temos espaço total com sinal, quando preciso acessar *e-mail*, *YouTube*, *Google Meet*, coloco o celular dele em um lugar específico para rotear *internet* para o meu.... Lembrando que a *internet* não é suficiente para o mês inteiro, então quando acaba, fico sem *internet* até próxima renovação do pacote (Respondente nº 10, 20 de junho de 2020).

Em nossa perspectiva, tal descrição expressa a parca qualidade e a tamanha precariedade do acesso à *internet* via dados móveis, bem como sua limitação e restrição de acesso quando o pacote mensal acaba.

Ao olhar para o Quadro 2, parece intrigante que 58 estudantes tenham acesso à *internet* de banda larga em suas moradias nos espaços rurais, em especial porque o acesso via banda larga parece ser sempre mais estável e menos limitado em relação aos dados móveis. Porém, no campo destinado a complementar a resposta sobre o acesso à *internet*, alguns(mas) discentes indicaram a ausência de sinal de rede de telefone em suas comunidades, bem como a precariedade e falta de qualidade do acesso à *internet* de banda larga.

No caso do acesso à *internet* de banda larga, diversos(as) discentes escreveram que em suas moradias ela não funciona bem, é lenta, limitada, o sinal é ruim, alguns a caracterizam como *internet* de baixa qualidade, difícil de conectar, não funciona em todos os cômodos da



casa, não abre vídeos e arquivos pesados, e que a rede cai com frequência e que não tem sinal todos os dias. Vários(as) estudantes também citaram que a *internet* de banda larga é dividida com vizinhos(as), e que, por vezes, a distância do roteador também dificulta a estabilidade da conexão.

Ao trazer alguns dos trechos que são escritos pelos(as) próprios(as) discentes, se evidencia que mesmo para os(as) que possuem acesso via banda larga, este acesso não se dá com a qualidade necessária para se pensarem possibilidades para o ensino remoto.

Na Nota Técnica nº 244 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 23 de julho de 2020, intitulada “Educação: a pandemia da Covid-19 e o debate da volta às aulas presenciais”, afirma-se que: “A qualidade da *internet* disponível e o acesso dos(as) alunos(as) ao material ofertado são elementos básicos para se pensar o ensino remoto” (DIEESE, 2020, p. 6).

Trazemos ainda a escrita de uma estudante sobre as necessidade e dificuldades pelas quais passou nesta questão do acesso à *internet*:

Eu sempre fui muito dedicada aos meus estudos. Porém nessa pandemia tenho percebido a necessidade de *internet* para todos. E lamento esta limitação para o público menos favorecido como eu. Uma vez que são preços abusivos mensais para ter *internet* na zona rural do meu município... Fora a instalação de uma antena e roteador *wi-fi*, custa 180,00 a mensalidade de uma *internet* na zona rural. Eu não tenho a menor condição de instalar... Acredito que essa limitação de acesso à *internet* ocorre com muitos (Respondente nº 10, 20 de junho de 2020).

Fica explicitada a necessidade de políticas públicas e programas sociais que garantam condições de vida digna para os povos trabalhadores do campo, das águas e das florestas onde o acesso à *internet* é parte integrante. Os dados demonstram que esta riqueza humana não está disponível para todos e todas e está menos disponível ainda para este público, estudantes da Educação Superior na LEdoC-CA.

Como síntese das formas e condições de acesso à *internet* dos(as) participantes da pesquisa no período inicial da pandemia – em que o distanciamento e o isolamento social foram ferramentas necessárias – cabe destacar que as formas e condições foram precárias, instáveis e por vezes inexistentes.

## **O que dizem os(as) estudantes sobre o ensino na universidade no período inicial da pandemia da Covid-19**

Visando dar visibilidade à voz dos(as) estudantes participantes da pesquisa, buscamos, neste item, trazer suas falas sobre o currículo e as tecnologias na Universidade no período pandêmico. Para tal, nos baseamos em uma das questões abertas a que os(as) discentes responderam no questionário *online*, qual seja: “Em sua opinião como deveria ser o ensino na universidade neste período de pandemia?” Tivemos 76 respostas a esta pergunta, sendo 58 mulheres e 18 homens os respondentes. Ao fazer a leitura e a categorização das 76 respostas, percebemos que elas podem ser organizadas em sete grupos.

Os sete agrupamentos que identificamos se referem:

1. Aos(às) estudantes que compreendem que não deveria haver ensino na Universidade naquele período;
2. Aos(às) que se colocam de forma contrária ao ensino não presencial;
3. Aos(às) que sinalizam algumas estratégias metodológicas que poderiam ser utilizadas/adotadas;
4. Aos(às) que compreendem que deveria haver aula remota/*online*;
5. Aos (às) que compreendem que deveria haver aula remota/*online* naquele período, mas sinalizam algumas condicionalidades para tal;
6. Aos(às) que indicaram haver a necessidade de um estudo da realidade/um diagnóstico sobre o perfil discente antes de opinar; e
7. Aos(às) que responderam que não sabem como deveria se dar o ensino naquele período.

Passamos agora para o detalhamento de cada perspectiva delineada nas respostas dos(das) estudantes.

Em resposta à pergunta sobre como deveria se dar o ensino na Universidade na pandemia, 21 estudantes indicaram que não deveria ser pensada nenhuma atividade de ensino e todos(as) estes indicam a manutenção da suspensão do calendário acadêmico como alternativa em sua opinião. Desses 21 discentes, 2 indicam a reposição destas aulas presencialmente quando possível, sugerindo a readequação do calendário acadêmico para tal, o que nos possibilita sinalizar que subjacente a esta defesa existe a compreensão de que o ensino remoto não equivale ao ensino presencial.

Dentre os 21 estudantes, 4 justificam sua opinião de manter as atividades suspensas argumentando sobre o não acesso à *internet*. Como se observa nos trechos: “Vejo que não tem condições, pois há alunos que não tem meios para o acesso” (Respondente nº 03, 20 de junho de 2020); “Nesse momento devem seguir suspensas as atividades tendo em vista que não é a realidade dos povos do campo ter acesso à *internet* de qualidade com potência pra realizar atividades remotas com frequência” (Respondente nº 11, 20 de junho de 2020); “Os semestres deveriam esperar até a pandemia passar, porque muitos alunos como eu não possuem acesso à *internet*” (Respondente nº 54, 25 de junho de 2020).

Houve ainda uma resposta argumentando contra o ensino remoto, que pondera:

A situação que estamos vivendo no país é crítica, mas infelizmente nesse momento de pandemia acredito eu que seja inviável, algum tipo de ensino remoto até mesmo porque temos que pensar no coletivo, uns vão ter acesso e outros não, e aí como fica isso? (Respondente nº 103, 01 de julho de 2020).

Essa colocação nos remete a um dos fundamentos da Educação do Campo, que busca superar o caráter puramente individual dos direitos sociais e os concebe como pautas e direitos coletivos dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, como aborda Caldart, ao sintetizar que a Educação do Campo:

Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, **materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que o impedem** (Caldart, 2012, p. 263) (grifo nosso).

Um segundo agrupamento que organizamos a partir das respostas ao questionário *online* se refere ao grupo de estudantes que indicou algumas estratégias metodológicas que poderiam ser utilizadas para o ensino, não sendo no formato de aulas. Neste agrupamento, foram 16 discentes que indicaram outras possibilidades metodológicas para pensar o currículo, onde foram destacados: grupos de estudo, de escrita e de pesquisa; leituras de textos e obras; orientação e direcionamento dos trabalhos de conclusão de curso; acompanhamento dos professores nas atividades encaminhadas; orientação dos professores de trabalhos de pesquisa, questionários e estudos; espaço para tirar dúvidas com os docentes; tutoria de acompanhamento aos discentes e oferta de cursos.

Percebe-se que as possibilidades metodológicas indicadas não necessariamente implicam uma reorganização curricular, seriam estratégias que dizem respeito a atividades em grupos menores, atividades individuais orientadas, as quais os(as) estudantes fariam em suas próprias casas e outras atividades que demandariam a orientação/acompanhamento dos docentes do cursos, sendo essa uma demanda latente nas respostas dos discentes. Nesse quadro de indicações, concordamos com Saviani e Galvão (2021), ao sinalizarem que:

Deve-se ter presente que, pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial. Com efeito, como uma atividade da ordem da produção não material – na modalidade em que o produto é inseparável do ato de produção –, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (Saviani, 2011) (Saviani & Galvão, 2021, p. 39).

Apesar da quantidade de sugestões que os(as) estudantes colocam, é possível afirmar que as estratégias indicadas colocaram-se como soluções paliativas até que se pudesse retornar ao ensino presencial. Nesse sentido, a compreensão de Saviani e Galvão coaduna com a concepção subjacente das possibilidades indicadas pelos(as) discentes, pois não são atividades remotas, com estas estratégias indicadas, que dariam conta de efetivar um processo de ensino-aprendizagem em sua riqueza e totalidade; elas deveriam ser atividades complementares de um processo educativo mais amplo.

Uma das estudantes que se enquadra nesse agrupamento indica a necessidade de “pensar metodologias que, antes de tudo, levem em consideração as condições psicológicas e sociais que os estudantes e professores se encontram” (Respondente nº 76, 29 de junho de 2020). Em sua indicação, a discente chama a atenção para a questão da saúde mental e nos faz refletir sobre suas inúmeras implicações naquele período inicial da pandemia, para os(as) diferentes sujeitos.

Um terceiro agrupamento que conseguimos identificar entre as 76 respostas se refere a 5 respostas que se colocam contrárias à realização do ensino não presencial, dos quais 2 estudantes ponderam sobre o não acesso à *internet* e uma delas sinaliza que este formato de “ensino não presencial não atende as necessidades dos povos do campo, das águas e das florestas” (Respondente nº 06, 20 de junho de 2020).

Essa discente traz à tona algo importantíssimo no que se refere a quem se destina esse processo educativo denominado de ensino, que problematiza a própria concepção do que é a educação, sua efetividade como uma relação interpessoal que demanda a presença simultânea

do professor e do estudante. Nesse ínterim, é preciso explicitar o que acrescentam Saviani e Galvão (2021, p. 39): “Mas não basta apenas presença simultânea, pois isso estaria minimamente dado por meio das atividades síncronas do “ensino” remoto”. Para compreender essa insuficiência, precisamos nos deter nos elementos constitutivos da prática pedagógica.

Respaldados em Martins (2013, p. 97), compreendemos que a tríade que constitui a prática pedagógica é a forma-conteúdo-destinatário da educação. Nesse sentido, a fala da estudante indicada há pouco nos remete a pensar a quem se destina esse processo educativo, nos levando a problematizar qual o perfil destinatário do ensino da LEdoC-CA da UFRB.

Essa problematização vai ao encontro de um quarto agrupamento que se constituiu na análise das respostas, no qual 2 estudantes mulheres indicam a necessidade de um estudo da realidade/um diagnóstico do perfil de estudantes matriculados(as) como pré-requisito para poder responder a pergunta sobre como deveria ser o ensino na Universidade naquele período. Essas duas discentes indicam a importância de “analisar o perfil desses estudantes e considerar questões como deslocamento, estadia, condições socioeconômicas” e “pensar e considerar o modo de vida de cada sujeito” (Respondente nº 96, 30 de junho de 2020); “olhar para a realidade dos estudantes” (Respondente nº 81, 29 de junho de 2020). Ao se referir ao destinatário da educação, Saviani e Galvão assinalam:

Está bastante evidente que este é o elemento ao qual se dirige o trabalho educativo que tem como finalidade permitir que cada sujeito particular incorpore a humanidade em si, pois o ser humano, por meio de sua atividade vital humana (o trabalho), não nasce humanizado, mas humaniza-se a partir da realidade objetiva (Saviani & Galvão, 2021, p. 40).

Nesse sentido, nos parece bastante oportuna essa indicação de conhecer o contexto desses sujeitos e como foram impactados pela pandemia para poder pensar estratégias e políticas públicas que possam dar conta de manter o vínculo com a Educação Superior, mesmo em isolamento e distanciamento social. Pois pensar possibilidades de acesso ao conhecimento historicamente acumulado passa necessariamente por conhecer o contexto dos sujeitos aos quais essa educação se destina, o que reafirma um elemento basilar da Educação do Campo, como bem indicado por Molina, Antunes-Rocha e Martins (2019).

Um quinto agrupamento que constituímos se refere aos(às) estudantes que se colocam a favor das aulas remotas/*online*. Foram 17 discentes que assinalaram essa possibilidade para o ensino, salientamos que em algumas respostas faz-se referência à modalidade da Educação a Distância (EaD) e consideramos essas respostas neste agrupamento, porém, conforme

destacamos anteriormente, o ensino remoto emergencial é distinto da EaD, o que talvez não estivesse tão presente aos(às) respondentes do questionário.

Um sexto agrupamento que construímos a partir das respostas também se coloca a favor do ensino remoto/*online*, mas, diferentemente do grupo anterior, indica algumas condicionalidades ou justificativas para tal opinião, ou ainda problematiza algumas questões para que de fato essa possibilidade possa se efetivar. Salientamos que também aparecem menções à EaD. Foram 8 estudantes que se colocaram a favor do ensino remoto/*online* com algumas ressalvas. As questões colocadas pelos(as) estudantes se referem à necessidade de todos(as) terem computador, de abranger todos(as) os(as) estudantes e de pensar uma forma democrática para que todos(as) tenham acesso. Outros(as) discentes ainda argumentam que o ensino remoto era uma necessidade aos que estão em fase final do curso, que poderiam ser ofertadas disciplinas optativas, ao invés das obrigatórias.

Um sétimo e último grupo, constituído por sete estudantes, se limitou a escrever que não saberia opinar sobre como deveria se dar o ensino na Universidade naquele período inicial da pandemia. Compreendemos que por ser algo novo naquele momento, é esperado que alguns(mas) discentes, ainda em processo de formação na Educação Superior, talvez matriculados nos semestres iniciais do curso, não possuíssem condições de pensar possibilidades e indicar alternativas.

## **Considerações finais**

Os dados levantados e a análise constituída, considerado o contexto deflagrado pela pandemia da Covid-19 no Brasil, nos permitem sinalizar que pensar e repensar o currículo da Educação do Campo na Educação Superior e no regime de alternância demanda, dentre outras questões, o conhecimento do perfil discente enquanto destinatário(a) e enquanto sujeito deste processo educativo. Dar visibilidade à voz desses(as) estudantes nos trouxe a condição de visualizar possibilidades e impossibilidades para o currículo universitário neste contexto.

As possibilidades citadas pelos(as) discentes indicam o quanto a educação presencial é imprescindível para o público que mantém vínculos concretos de vida e de existência com o campo, com as águas e com as florestas. As impossibilidades verificadas nos remetem à histórica negação desses sujeitos como sujeitos de direito, rememoram e reafirmam a histórica exploração capitalista do povo preto, das mulheres e do povo do campo, das águas e das

florestas. A condição de não acesso à *internet* de qualidade é reveladora de como as condições de classe, de cor, de gênero e de local de moradia influenciam nas condições de vida e nas possibilidades de se pensar um currículo sob o regime de alternância.

Os dados acerca das impossibilidades curriculares para esse público em termos de falta de condições financeiras, de falta de equipamentos e de não acesso à rede de *internet* de qualidade, com estabilidade e velocidade necessárias gritam por visibilidade. Visibilidade para territórios com gente, com vida, com pequenos(as) agricultores(as), quilombolas, pescadores(as) artesanais, assentados(as) da reforma agrária, vaqueiros(as) e extrativistas, dentre outros sujeitos, que lutam, demandam e exigem acesso às políticas públicas e que reafirmam e dão um vigor contundente – em sua concreta existência – à palavra de ordem: “Educação do Campo, direito nosso, dever do Estado!”, compreendida no fazer, no ser e no reivindicar uma educação que seja efetivamente dos povos trabalhadores do campo, das águas e das florestas, também na Educação Superior.

## Referências

- Brasil. (2021). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Fatos e números: famílias e filhos no Brasil*. Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/>.
- Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In: Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 257-265). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). *Nota Técnica nº 244*. Educação: a pandemia da COVID-19 e o debate da volta às aulas presenciais. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec244covidEducacao.html>.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Nota Técnica nº 88*. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Recuperado de: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>.
- Janata, N. E. (2020). *Projeto de Pesquisa Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Martins, L. M. (2013). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas-SP: Autores Associados.
- Molina, M. C., Antunes-Rocha, M. I., & Martins, M. F. A. (2019). A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o

fortalecimento da educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240051. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kLbkvLHNmMNqTwYR6TW9Rym/?lang=pt>.

Nobre, M. (2012). Economia feminista. In Dias, A. P., Stauffer, A. B., Moura, L. H. G., & Vargas, M. C. (Orgs.). *Dicionário de Agroecologia e Educação* (pp. 328-334.). São Paulo, Expressão Popular, Rio de Janeiro, EPSJV.

Saviani, D., & Galvão, A. C. (2021). Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, 67, 36-49. Recuperado de: <https://www.andes.org.br/img/midias/>.

Saviani, D. (2011). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados.

SEDES. Secretaria de Desenvolvimento Social. *O que é o cadastro único*. Recuperado de: <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (2019a). *Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura (Plena) em Educação do Campo Área do Conhecimento Ciências Agrárias*. Amargosa-BA: UFRB. Recuperado de: [https://www.ufrb.edu.br/cfp/images/NUGTEAC\\_2019/PPC](https://www.ufrb.edu.br/cfp/images/NUGTEAC_2019/PPC).

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (2019b). *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Recuperado de: <https://ufrb.edu.br/pdi/pdi-2019-2030>.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (2020a). *Relatório de alunos ativos no curso*. Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias/CFP – Amargosa – Licenciatura Plena. Recuperado de: <https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa>.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (2020b). *Portaria n. 322/2020*. Suspensão de atividades acadêmicas e administrativas. Recuperado de: <https://www.ufrb.edu.br/portal/normativos-coronavirus-covid-19>.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (2022). *Infográfico UFRB 17 Anos – Sim ao Futuro*. Recuperado de: <https://www.ufrb.edu.br/portal/infografico-ufrb-17-anos-sim-ao-futuro>.

---

<sup>i</sup> Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA-UFFS); Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA-UFRB/CFP); Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Escola do Campo e Agroecologia (GECA-UFSC); Núcleo de Pesquisa: Educação, Campo, Trabalho, Práxis e Questão Agrária (NALUTA-UFPR/Setor Litoral) e o Grupo de Pesquisa em Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MOVECAMPO-UNICENTRO).



### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 20/01/2024  
Aprovado em: 29/05/2024  
Publicado em: 23/08/2024

Received on January 20th, 2024  
Accepted on May 29th, 2024  
Published on August, 23th, 2024

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

### Article Peer Review

Double review.

### Agência de Fomento

Não tem.

### Funding

No funding.

### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, J. Z., & Santos, J. G. B. (2024). Alternância na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da UFRB: percepções estudantis sobre atividades remotas na pandemia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18522.

ABNT

SILVA, J. Z.; SANTOS, J. G. B. Alternância na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da UFRB: percepções estudantis sobre atividades remotas na pandemia. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 9, e18522, 2024.